



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

VI GOVERNO CONSTITUCIONAL

DÍLI, 13 DE SETEMBRO DE 2016

COMUNICADO DE IMPRENSA

Reunião do Conselho de Ministros de 13 de setembro de 2016

O Conselho de Ministros reuniu-se esta terça-feira, no Palácio do Governo, em Díli, e foi informado sobre a situação atual do **projeto de Sistema Nacional de Cadastro**, a cargo do consórcio GMN-H/ARM-APPRIZE e sob a tutela do Ministro de Estado, Coordenador dos Assuntos de Administração do Estado e Justiça e Ministro da Administração Estatal, em coordenação com a Secretaria de Estado das Terras e Propriedades. O projeto, iniciado em 2014, inclui o levantamento e mapeamento cadastral do território, a criação da base de dados informática do cadastro e a criação de um sistema de avaliação patrimonial para efeitos fiscais, com o objetivo de apoiar a aplicação de um conjunto de regras claras e justas na regulação dos mecanismos de titularidade e transferências de propriedades.

O Conselho de Ministros aprovou a proposta de **aquisição de um imóvel para a Chancelaria e Embaixada de Timor-Leste em Singapura**, apresentada pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

Foi também aprovado o **projeto de construção do novo terminal de passageiros do porto de Díli**, em negociação com o Governo do Japão, através da Agência Japonesa para a Cooperação Internacional (JICA) que irá financiar parcialmente o projeto, apresentado pelo Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em conjunto com o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e a Aportil.

Foi aprovado o reforço da **cooperação bilateral com Moçambique e Cabo Verde, na área da Educação, através da assinatura de três Memorandos de Entendimento**, apresentados pelo Ministério da Educação. Ainda no âmbito da Educação foi aprovado o **Decreto-Lei que cria o Instituto Politécnico de Betano e aprova os seus Estatutos Provisórios**. A criação deste estabelecimento público de ensino superior técnico dá cumprimento ao ponto do Programa do VI Governo Constitucional que prevê que o “Governo irá promover um setor politécnico e universitário eficaz para dar, aos filhos do nosso povo, a oportunidade de receber um ensino de qualidade e de participar na construção do nosso



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Díli, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608

país”.

Foi aprovado o **Decreto do Governo sobre remuneração dos Órgãos da Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar IP**, apresentado pelo Gabinete do Primeiro-Ministro; Cumpre-se, desta forma, a necessidade de regulamentação do Decreto-Lei n.º 35/2016, de 7 de setembro, que cria esta estrutura.

O Ministério da Administração Estatal viu aprovadas quatro propostas: **Segunda Alteração à Lei n.º 11/2009, de 7 de outubro (Divisão Administrativa do Território)**, que permite o alargamento da competência territorial administrativa dos órgãos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno ao Posto Administrativo de Ataúro, para que esta possa atingir os objetivos a que se destina, no âmbito das Zonas Especiais de Economia Social de Mercado, transformando Ataúro num polo complementar de desenvolvimento; o **Decreto do Governo sobre a alteração das datas das reuniões das Assembleias de Aldeia e dos Conselhos de Suco no âmbito dos processos de Eleição dos Líderes Comunitários**, alterando as datas aprovadas na reunião de 16 de agosto (para ver o calendário atualizado, clique aqui); o **Decreto do Governo que estabelece o regulamento de eleição dos membros dos órgãos dos Sucos**; e o **Decreto do Governo que aprova procedimentos técnicos para a realização e atualização da base de dados do recenseamento eleitoral**. Este diploma estabelece a forma como esse recenseamento se deverá realizar no território nacional e nas missões diplomáticas e postos consulares no estrangeiro.

Foi igualmente aprovado o **Decreto do Governo que regulamenta o processo de abertura de contas bancárias de natureza “escrow” (contas dedicadas) e celebração de contratos de depósito “escrow”, no âmbito da execução da Parceria Público Privada para o Porto de Tíbar**, apresentado pela Ministra das Finanças. Este instrumento jurídico inovador em Timor-Leste estabelece as regras necessárias para a abertura de contas que garantem a disponibilidade financeira do Estado para pagar a comparticipação financeira que lhe cabe no projeto de construção do Porto de Tíbar.

Do Ministério do Comércio, Indústria e Ambiente foram aprovados dois diplomas: a **Resolução do Governo que revoga a Resolução n.º 34/2014, de 5 de novembro**, adotando medidas legais e regulamentares para a criação de novas soluções no tratamento dos resíduos, adequadas às necessidades das populações, revendo as cujos resultados não foram tão efetivos; e a **proposta de ratificação do Acordo de Paris no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas**, que será submetida ao Parlamento Nacional. Timor-Leste ratificou, em 2006, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas.

O Ministro da Defesa, Cirílo Cristóvão, e a deputada Carmelita Moniz foram reconduzidos como vogais (efetivo e suplente, respetivamente) do Conselho **Superior da Magistratura Judicial**.

O Conselho de Ministros aprovou a concessão de **apoio financeiro aos deslocados internos da**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608

República Centro Africana, tendo sido atribuído um milhão e quinhentos mil dólares, a título de ajuda humanitária, para apoio à resolução da aflitiva situação de dezenas de milhares de deslocados internos, que se concentraram na capital do país. **FIM**



Palácio do Governo,
Avenida Presidente Nicolau Lobato,
Dili, Timor-Leste

pcm.gov.tl@mail.com
(+670) 33 310 608